

PROCURADORIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 222/2023

AUTORIA: Vereadora Professora Jacqueline.

EMENTA: INSTITUI o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa, a ser

comemorado anualmente no dia 21 de janeiro.

PARECER

PROJETO DE LEI QUE VISA INSTITUIR O DIA **MUNICIPAL** DE **COMBATE** INTOLERÂNCIA RELIGIOSA. COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 21 DE JANEIRO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. ART 61 DA CF E ART. 58 DA LOMAN. MATÉRIA DE INTERESSE LOCAL. ART. 8º, I, DA LOMAN - TRAMITAÇÃO REGULAR.

1. RELATÓRIO

Veio a esta Procuradoria o Projeto de Lei de autoria da Ver. Professora Jacqueline, que visa instituir o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa, a ser comemorado anualmente no dia 21 de janeiro.

Foi deliberado em 19/06/2023.

Distribuido para parecer em 20/06/2023.

É o relatório.









PROCURADORIA LEGISLATIVA

2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que esta Procuradoria emite parecer de natureza opinativa, analisando apenas a constitucionalidade e a legalidade das proposituras, sem adentrar a questão de mérito.

Cuida-se o presente de solicitação de parecer sobre o Projeto de Lei que institui o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa, a ser comemorado anualmente no dia 21 de janeiro.

É de se observar que a Constituição Federal de 1988, com base na tripartição dos Poderes, disciplina a iniciativa parlamentar a partir do seu artigo 61, caput, que prevê:

> Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

De igual forma, também com relação à iniciativa e à matéria tratada, não se vislumbra óbice, nos termos do art. 58, da LOMAN, que assim estabelece:

> Art. 58. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei.

Ademais, sem dúvida que se trata de matéria de interesse local, nos termos do art. 8, I, da LOMAN, in verbis:

Art. 8^o. Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

3. CONCLUSÃO



CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2F60069C0010898A. CONSULTE EM https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador







PROCURADORIA LEGISLATIVA

Em face do analisado, não se vislumbra impedimento jurídico ao trâmite do Projeto de Lei nº. 222/2023.

É o parecer.

Manaus, 05 de julho de 2023.

Priscilla Botelho Souza de Miranda Procuradora da Câmara Municipal de Manaus

> Lorena Barroncas Amorim Assessora Legislativa

Giovanna de Souza Moreira Estagiária de Direito



Documento 2023.10000.10032.9.046441 Data 05/07/2023



TRAMITAÇÃO Documento Nº 2023.10000.10032.9.046441

Origem

Unidade PROCURADORIA LEGISLATIVA
Enviado por LORENA BARRONCAS AMORIM
Data 05/07/2022

Data 05/07/2023

Destino

Unidade PROCURADORIA GERAL Aos cuidados de JORDAN DE ARAÚJO FARIAS

Despacho

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS Despacho PARA DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL.









PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 222/2023

AUTORIA: Vereadora Professora Jacqueline.

EMENTA: INSTITUI o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa, a ser

comemorado anualmente no dia 21 de janeiro.

INTERESSADO: 2ª Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

DESPACHO

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre Procuradora **Dra. PRISCILLA BOTELHO SOUZA DE MIRANDA** com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria Geral.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 05 de julho de 2023.

ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO

Procurador Geral da Câmara Municipal de Manaus



www.cmm.am.gov.br

Documento 2023.10000.10032.9.046441 Data 05/07/2023



TRAMITAÇÃO Documento Nº 2023.10000.10032.9.046441

Origem

Unidade PROCURADORIA GERAL Enviado por LENARA ANTUNES FALCAO

Data 05/07/2023

Destino

Unidade 2ª. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,

JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aos cuidados de KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA

RIBEIRO

Despacho

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS

Despacho PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS.

